

Promoção de saúde a coletivos LGBTQIAPN+: fragmentos de experiência(s) no interior RS

Health promotion for LGBTQIAPN+ collectives: fragments of experience(s) in countryside of Rio Grande do Sul

Promoción de la salud con colectivos LGBTQIAPN+: fragmentos de experiencia(s) en el interior de Río Grande del Sur

 **Ana Carolina Zuliani Dutra**

Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: vaczdutra@gmail.com

 **Marcelo Moreira Cezar**

Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: marcelo.moreira.cezar@gmail.com

 **Magaly Calderón Uribe**

Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: magaly.calderon@campusucc.edu.co

 **Luiza Porto Alegre Garcia Oyhenard Ibarra**

Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, RS, Brasil.

E-mail: luiza.portoalegreoyhenard@gmail.com

 **Érika Kowaleski Araujo**

Universidad Cooperativa de Colômbia, Bogotá, Colômbia.

E-mail: erika.kowaleski@ufn.edu.br

RESUMO

O presente relato de experiência é ambientado no contexto de um Ambulatório de Saúde no interior do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, no qual é feito o acolhimento e cuidado a pessoas LGBTQIAPN+. Com ênfase em promoção de saúde, foram desenvolvidas atividades de atuação em redes sociais e realização de grupos de capacitação com gestores de escolas regulares públicas. As ações tiveram como objetivos criar e manejar ações de promoção e prevenção de saúde para a comunidade LGBTQIAPN+, por meio do serviço público especializado. A metodologia teve aproximação à observação participante e da pesquisa-ação. Com isso, observou-se o alinhamento das práticas em uma perspectiva clínica, na qual coexiste uma demanda grupal para os usuários do serviço. Portanto, a atuação teve e tem um lugar frente à coletividade e ao trabalho multidisciplinar, bem como o reforço para o referenciais de compreensões entre os trabalhadores da saúde e da educação envolvidos no contexto do ambulatório.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Pessoas LGBTQIA+; Serviços de Saúde para Pessoas Transgênero; Saúde de Gênero.

ABSTRACT

This experience report is situated within the context of a Health Outpatient Clinic located in countryside of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The service provides care and support to LGBTQIAPN+ individuals. With a focus on health promotion, activities were carried out through social media engagement and training sessions with administrators of public mainstream schools. These initiatives aimed to design and implement health promotion and prevention strategies specifically targeted at the LGBTQIAPN+ community within the framework of a specialized public health service. The methodological approach was grounded in participant observation and action research. Throughout the process, practices were observed to align with a clinical perspective, within which a collective demand from users emerged. Consequently, the intervention was, and continues to be, situated within a collective framework and interdisciplinary collaboration, while also reinforcing shared conceptual understandings among health and education professionals involved in the outpatient care setting.

Keywords: Sexual and Gender Minorities; LGBTQIA+; Health Services for Transgender Persons; Gender and Health.

RESUMEN

Este relato de experiencia se sitúa en el contexto de un Ambulatorio de Salud en el interior del estado de Río Grande do Sul, Brasil. El servicio ofrece acogida y atención a personas LGBTQIAPN+. Con un enfoque en la promoción de la salud, se desarrollaron actividades mediante el uso de redes sociales y la realización de espacios formativos dirigidos a gestores de escuelas públicas de educación regular. Estas iniciativas tuvieron como objetivo diseñar e implementar estrategias de promoción y prevención en salud, dirigidas específicamente a la comunidad LGBTQIAPN+, en el marco de un servicio público especializado. La metodología adoptada se basó en la observación participante y en principios de la investigación-acción. A lo largo del proceso, se observaron prácticas alineadas con una perspectiva clínica, en la cual emergió una demanda colectiva por parte de las personas usuarias. En este sentido, la intervención estuvo - y sigue estando - orientada hacia lo colectivo y hacia el trabajo interdisciplinario, además de reforzar marcos de comprensión compartidos entre los profesionales de la salud y de la educación implicados en el contexto del ambulatorio.

Palabras clave: Minorías Sexuales y de Género; Personas LGBTQIA+; Servicios de Salud para Personas Transgénero; Salud de Género.

Introdução

O presente relato de experiência tem como origem a vivência proporcionada pelo estágio curricular obrigatório de um curso de Psicologia, realizado no interior do Estado do Rio Grande do Sul. As práticas descritas foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2023, em um ambulatório especializado do Sistema Único de Saúde, na região central do Rio Grande do Sul, dedicado à população LGBTQIAPN+, com foco na atenção à comunidade transexual e travesti.

Entre as práticas institucionais desenvolvidas pelo ambulatório, destaca-se a atuação voltada à formação continuada de profissionais das redes municipal de saúde e educação. Esta estratégia se materializa por meio da realização de capacitações, palestras e encontros intersetoriais, com o objetivo de apresentar o serviço e sensibilizar as equipes para o atendimento à população LGBTQIAPN+, promovendo assim uma cultura institucional baseada nos princípios da equidade, do cuidado integral e da despatologização das identidades dissidentes.

Paralelamente, o ambulatório se constitui como um dispositivo de apoio psicossocial, oferecendo não apenas acolhimento individual, mas também espaços grupais de convivência e de intervenção clínica, como os grupos terapêuticos, articulados a ações de promoção e prevenção em saúde. Essas práticas se alinham às diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e da Política Nacional de Promoção da Saúde,

do Ministério da Saúde (Brasil, 2007), consolidando o ambulatório como um território de cuidado que opera na interface entre atenção clínica, educação em saúde e fortalecimento de redes de proteção social.

Destaca-se como marco essencial de garantia de direitos da população LGBTQIAPN+ a Portaria nº 2.836/GM/MS, de 1º de dezembro de 2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa política representa um avanço significativo ao reconhecer a necessidade de ações específicas, pautadas no princípio da equidade, para o enfrentamento das iniquidades em saúde que historicamente afetam esses grupos.

Complementarmente, o Relatório n.º 54 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, de 7 de dezembro de 2012, recomenda a incorporação de novos procedimentos vinculados ao Processo Transsexualizador, ampliando o acesso da população trans a cuidados especializados conforme suas demandas clínicas, subjetivas e identitárias. Tais dispositivos legais constituem referências fundamentais para a consolidação de práticas de cuidado não patologizantes, inclusivas e orientadas pelos direitos humanos, conforme preconizado pelas diretrizes da saúde coletiva e pela ética profissional em Psicologia.

Adicionalmente, a Resolução nº 2, de 6 de dezembro de 2011, define as diretrizes estratégicas e operacionais que norteiam a implementação do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no âmbito do SUS. Essa resolução consolida o compromisso do SUS com a promoção da equidade e com o enfrentamento das desigualdades estruturais que incidem sobre os corpos dissidentes de gênero e sexualidade.

Nesse contexto, o Ambulatório configura-se como um dispositivo institucional do SUS que atende a população transexual e travesti, oferecendo acompanhamento clínico e psicoterapêutico pautado no respeito à dignidade humana, na escuta qualificada e na não discriminação (Gianna, 2018). Neste relato, o Ambulatório atua com acolhimento da população LGBTQIAPN+, com ênfase na oferta de suporte para o processo de hormonização de pessoas Trans articulado para os encaminhamentos necessários.

Conforme estabelece a Portaria n.º 2.803/2008, o Sistema Único de Saúde assegura às pessoas que desejam realizar a cirurgia de afirmação de gênero o acesso a um cuidado integral, estruturado em uma abordagem multidisciplinar que contempla o acompanhamento clínico, psicológico e hormonal, tanto no período pré-operatório quanto no pós-operatório (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2008). Essa diretriz reafirma os princípios da integralidade da atenção e da centralidade da pessoa usuária, pilares fundamentais da política pública de saúde no Brasil.

O processo transsexualizador é atravessado por dimensões físicas, emocionais e sociais, exigindo uma abordagem clínica que vá além da normatividade biomédica. Preciado (2014), ao propor o manifesto contrassexual, desloca o foco do corpo biologicamente definido para o “corpo falante” — aquele que performa, se enuncia e resiste aos regimes de verdade da matriz heterocisnormativa. Sua proposta defende a autonomia sobre o uso das tecnologias sexuais e a legitimidade das existências dissidentes, reivindicando liberdade identitária e corporal.

No contexto dos ambulatórios trans, a equipe multiprofissional atua considerando os marcadores sociais da diferença — como gênero, classe, raça e território — práticas de cuidado ético-políticas, capazes de acolher e elaborar o sofrimento psíquico. Rocon (2016) destaca que a modificação corporal não é um evento isolado, mas atravessado por condições materiais e simbólicas. Daí a necessidade de uma escuta sensível e não patologizante, voltada à promoção da saúde integral da população LGBTQIAPN+. Com isso, este relato de experiência se norteou em levantar problematizações, por meio da observação participante, com a pergunta balizadora: como criar ações de promoção e prevenção de saúde para a comunidade LGBTQIAPN+ no âmbito do interior do Estado do Rio Grande do Sul? Quais são as ações (im)possíveis de serem realizadas? E quais são as necessidades de promoção de saúde?

Este escrito propõe uma discussão acerca da constituição teórica e prática das ações desenvolvidas no decorrer das atividades observadas, contrastada com algumas inquietações e tentativas de responder às perguntas norteadoras em relação à prática de atuação da Psicologia no âmbito da rede de saúde e coletivos LGBTQIAPN+. Considerando, além disso, o documento publicado, em 28 de junho de 2023, sobre Referências técnicas para atuação de psicólogos junto às políticas públicas para população LGBTQIAPN+ e as normativas que estabelecem o funcionamento de ambulatórios “TRANS” (Conselho Federal de Psicologia, 2023).

Notas metodológicas de inserção e atuação no campo de trabalho

O processo de inserção ao campo de trabalho foi-se realizando juntamente com o levantamento de informações. Este processo foi importante para entender quem eram as pessoas atendidas, como funcionava o fluxo interno do serviço e, principalmente, quais são as práticas possíveis de intervenção durante o tempo de estágio. Partindo da inserção ao campo, conseguimos entender como seria o posicionamento, a postura e as formas de intervenções, na prática do estágio, e as atividades que seriam desenvolvidas a partir dessa análise.

Para esse processo, usou-se da técnica de observação participante, que se caracteriza por ser uma metodologia qualitativa, onde o Mônico et al. (2017) descreve como sendo uma prática na qual o observador se insere no campo de pesquisa com um distanciamento ao mesmo nível que participa das atividades envolvidas ali no espaço de inserção. Dentre as formas de observação, encontram-se algumas distinções — das mais participativas àquelas onde só se observa —, usou-se o modelo “Duplo Propósito”, na qual o observante tem tarefas a serem desempenhadas, mas também está no papel de observar o campo e coletar informações para melhor entender o funcionamento daquele ambiente e como será o trabalho futuro.

Notas sobre as atividades desenvolvidas

Duas linhas de atuação foram pensadas para o desenvolvimento das atividades através das quais foram pensadas em estratégias de promoção de saúde do/no ambulatório: 1) por via das redes sociais (Instagram), divulgações do serviço e o 2) desenvolvimento de cursos de capacitação com gestores de escolas públicas municipais e estaduais da cidade, de longa duração (anual).

@ambulatório: Apontamento sobre a atuação e promoção de saúde em redes sociais

A produção de conteúdo digital atua como mediadora simbólica no mercado tecnológico, moldando subjetividades e relações de consumo sob a lógica da indústria cultural. O criador de conteúdo deixa de ser apenas comunicador para tornar-se agente de legitimação e autoridade afetiva, intensificando a mercantilização da experiência. Plataformas como o Instagram exemplificam essa dinâmica ao transformar curtidas em capital simbólico, regulando desejos e comportamentos por meio de uma estética padronizada de visibilidade a uma industrialização da experiência cotidiana, nos termos de Adorno (2002).

A pressa por ascender no meio digital torna a rede social um espaço de troca, onde técnicas do nicho digital como *call to action* e *clickbait* possibilitam ascensão imediata ao captar a atenção do seu público-alvo (Munger et al., 2018).

O *Clickbait* utiliza-se de ferramentas similares ao *copywriting*, ambos têm como princípio chamar a atenção de quem lê ou visualiza o conteúdo para despertar interesse e gerar confusão aparentemente sem motivos plausíveis, despertando na pessoa uma dúvida geradora de questionamento, resultando na busca pelo conteúdo (Munger et al., 2018).

Reconhecendo que a utilização dessa ferramenta pode servir como estratégia de tráfego de/entre usuários, seu uso consciente e direcionado permite divulgar conteúdos específicos, pois seus efeitos estão diretamente relacionados com a intenção do seu(s) utilizador(es) (Munger et al., 2018).

Além disso, provocar a atenção de quem está utilizando a plataforma se torna um meio de publicidade, afinal, é uma estratégia de divulgação. O grande desafio para obter a atenção do consumidor em meio a enorme variedade de anúncios é a adaptação da figura geradora de conteúdo, prendendo a atenção do público na plataforma (Covaleski, 2015).

Em si, o *clickbait* das formas de vida dos utilizadores que buscam fácil acesso aos *posts*, *reels* e imagens, fazendo com essa manobra o dispositivo adentrar a validação pessoal do indivíduo levando a buscar mais sobre a temática (Delmazo & Valente, 2018).

E como parte integradora desse meio digital, o coletivo “trans” se faz presente no movimento de tráfego das redes, juntamente com a problematização da denominação de sexo, sexo biológico e identidade de gênero

que se difunde e expande na internet. Ademais, Butler (2014) nos promove um questionamento contemporâneo sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Butler (2014) dialoga com os estudos de Foucault (1988) de que o gênero se baseia em uma relação de poder, de modo que o sexo, o corpo e suas manifestações organizam a percepção de mundo em determinada cultura.

Butler (2003) contribui para a crítica ao sistema normativo de gênero ao propor o conceito de “gêneros inteligíveis”, isto é, aqueles que se tornam socialmente reconhecíveis e legíveis quando há coerência entre sexo atribuído ao nascimento, identidade de gênero e orientação sexual. Essa inteligibilidade opera como uma matriz reguladora, sustentada por pressupostos heteronormativos que não se submetem a questionamentos lógicos ou analíticos, pois funcionam como verdades naturalizadas no tecido social.

No interior dessa lógica binária, que associa homem/masculino e mulher/feminino de forma compulsória, Bento (2008) retoma e aprofunda o conceito de gênero inteligível ao evidenciar como o nexo entre corpo, identidade e desejo é forjado a partir de um ideal de coerência normativa. Trata-se de um sistema que impõe a adequação dos corpos às expectativas dicotômicas da heterossexualidade compulsória, produzindo exclusão e patologização daqueles que escapam à estabilidade de gênero exigida pelas normas sociais.

Nesse sentido, o Ambulatório é um serviço com recente implementação na região e teve o início do seu funcionamento durante a pandemia do COVID-19. O que resultou no isolamento social que segundo Pereira (2020) foi uma medida tomada por 180 países, incluindo o Brasil, com a intenção de diminuir a disseminação da doença. Essa medida resultou na dificuldade de disseminação da informação do nascimento do serviço do Ambulatório. Sendo assim, uma das demandas necessárias pelo serviço é a divulgação do Ambulatório para haver o aumento do conhecimento e de usuários.

Notas sobre um curso de capacitação com gestores de escolas municipais e estaduais

As escolas enfrentam diferentes discussões acerca da temática de gênero e identidade. Natal-Neto (2016) ressalta que a escola é um espaço social, o qual é formado por pessoas que possuem ideias que se atravessam a outras ideias e processos. Nas escolas, ocorrem os processos de certo e errado, muitas vezes através das brincadeiras, que já anunciam sobre os papéis de gênero.

Ao problematizarmos a temática de gênero no contexto das instituições escolares, partimos da constatação de que, no senso comum, predomina a concepção naturalizante de que todos nascemos com uma sexualidade determinada biologicamente. Louro (2000) observa que, ao se consolidar como algo “natural” e socialmente aceito, essa concepção deixa de ser objeto de questionamento, assumindo o estatuto de verdade incontestável — uma verdade social e política cuja legitimidade decorre mais de sua repetição normativa do que de sua fundamentação crítica.

Essa naturalização sustenta um imaginário que universaliza a experiência do corpo e do desejo, invisibilizando as singularidades e apagando os modos dissidentes de vivenciar a sexualidade e o prazer. Nesse processo, as instituições escolares acabam por reproduzir e reforçar normas de gênero que operam não apenas como dispositivos pedagógicos, mas como tecnologias de regulação dos corpos e subjetividades (Louro, 2000).

Nessa perspectiva, acaba se perdendo a noção de que a sexualidade possui uma linguagem própria de conexões e representações, enraizadas culturalmente e distinguidas em suas regiões e localizações. É que essa construção é formada por resquícios de um processo marcado pelos seus representantes, mediante uma concepção ditada como “natural”. As formulações de gênero ganham sentido no social, mais especificamente dentro de cada cultura, assim como o corpo. As possibilidades de expressar os seus desejos e prazeres são atravessadas pelos códigos estabelecidos pelo social. Deste modo, as identidades de gênero e sexuais ganham seus conceitos através do social e seguem as teias de poder ditadas pela sociedade e pela política (Louro, 2000).

Considerando isso e entendendo a importância da escola na construção do sujeito social, foi elaborado, como estratégias de atuação do serviço, um curso de capacitação para gestores de escolas municipais e estaduais da região. A capacitação com os gestores teve sua inauguração no início do semestre, em março de 2023, e vai até o mês de dezembro do mesmo ano, sendo que os encontros são mensais e as temáticas foram elaboradas conforme as demandas encontradas no primeiro encontro. Esse curso possibilita a entrada de assuntos que envolvem a realidade LGBTQIAPN+ e a escola.

A estrutura dos encontros seguiu o seguinte planejamento: do significado da sigla e a realidade escolar e como cada escola pode montar projetos para ser uma escola mais inclusiva com a comunidade LGBTQIAPN+, visando demonstrar essa experiência como o trabalho de promoção e prevenção de saúde é longitudinal. Uma das premissas para a construção da capacitação é que as escolas consigam lidar com as suas demandas advindas das dificuldades encontradas no cotidiano, relacionadas à temática LGBTQIAPN+, e descentralizem o ambulatório como única saída na cidade. Dar autonomia às escolas é um trabalho que levará tempo, mas é visto como necessário já que são nelas que vemos o reflexo da sociedade.

Considerações Finais

O acesso à saúde pela população LGBTQIAPN+ segue comprometido por barreiras estruturais, estigmas e desigualdades sociais. O Ambulatório surge como resposta a essa marginalização, embora sua implantação, em meio à pandemia da COVID-19, tenha dificultado sua visibilidade e o reconhecimento de sua função pela comunidade. Nesse cenário, a prática psicológica no serviço tem exigido reinvenções que extrapolam os moldes da clínica tradicional, muitas vezes ausentes na formação universitária.

A atuação interprofissional no SUS revelou-se fundamental para compreender dinâmicas institucionais, comunicação entre equipes e os atravessamentos de função entre estagiários e residentes, o que por vezes gerou confusões e demandas de maior delimitação de papéis. As ações de promoção e prevenção em saúde ocorrem por vias transversais, frequentemente se mesclando com esforços de divulgação e captação do público-alvo, exigindo mapeamento territorial e compreensão do fluxo de usuários.

A experiência aponta para a necessidade de repensar os modos de inserção da Psicologia no contexto ambulatorial, especialmente no que diz respeito ao cuidado com a população trans. Grupos terapêuticos e ações coletivas mostram-se mais potentes que intervenções estritamente individuais, por responderem melhor às demandas de sociabilidade, pertencimento e reconhecimento. Tal movimento amplia os horizontes da Psicologia para além do modelo clínico hegemônico, aproximando-a do projeto ético-político do SUS.

Esse percurso formativo revelou momentos de criação e invenção, na prática com o coletivo LGBTQIAPN+, destacando a importância de um referencial epistemológico compartilhado pela equipe para sustentar teoricamente as intervenções e organizar o fluxo do serviço. Conclui-se, assim, que são necessários novos estudos e práticas que fortaleçam o trabalho interdisciplinar em saúde pública, especialmente no que tange às dimensões de gênero, subjetivação e produção de identidades dissidentes.

Referências

- Alves, C. E. R., & Moreira, M. I. C. (2015). Do uso do nome social ao uso do banheiro: (Trans)subjetividades em escolas brasileiras. *Quaderns de Psicologia*, 17(3), 59-69. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1275>
- Adorno, T. W. (2002). *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo, Brasil: Paz e Terra.
- Batey, M. (2010). *O significado da marca: como as marcas ganham vida na mente dos consumidores*. Rio de Janeiro, Brasil: Best Business.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Butler, J. (2014). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Resolução CFP n.º 10, agosto de 2005*. Código de Ética Profissional do Psicólogo. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf.
- Conselho Federal de Psicologia. (2023). *Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para a população LGBTQIA+*. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf.
- Covaleski, R. (2015). Conteúdo de marcas e entretenimento: narrativas híbridas. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 12(34), 107-123. DOI: <https://doi.org/10.18568/1983-7070.1234107-123>

- Delmazo, C., & Valente, J. C. L. (2018). Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, 18(32), 155-170. https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100012
- Gianna, M. C., Barbosa Martins, R., Shimma, E., & Shimma, E. (2018). Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais: desafios e realizações. *Boletim do Instituto de Saúde — BIS*, 19(2), 98-104. DOI: <https://doi.org/10.52753/bis.2018.v19.34597>
- Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (2008). *Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008*. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html
- Louro, G. L. (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Ministério da Saúde. (2013). *Portaria n.º 2.803, de 19 de Novembro de 2013*. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html
- Mónico, L., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. (2017). *A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa*. Aveiro, Portugal: Ludomedia.
- Munger, K., Luca, M., Nagler, J., & Tucker, J. (2018). The (Null) Effects of Clickbait Headlines on Polarization, Trust, and Learning. *Public Opinion Quarterly*, 84(1), 49-73. DOI: 10.1093/poq/nfaa008.
- Natal-Neto, F. de O., Macedo, G. da S., & Bicalho, P. P. G. (2016). A criminalização das identidades trans na escola: efeitos e resistências no espaço escolar. *Psicologia Ensino & Formação*, 7(1), 78-86. DOI: 10.21826/2179-58002016717886.
- Pereira, M. D., Oliveira, L. C. de, Costa, C. F. T., Bezerra, C. M. de O., Santos, C. K. A. dos, & Dantas, E. H. M. (2020). A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 9(7), e4548. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4548>
- Preciado, B. (2014). *Manifesto Contrassexual*. São Paulo, Brasil: Câmara Brasileira do Livro.
- Rocon, P. C., Rodrigues, A., Zamboni, J., & Pedrini, M. D. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(8), 2517-2526. DOI: 10.1590/1413-81232015218.14362015.
- Thomazi, G. L., Avila, S., & Teixeira, L. B. (2022). Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 1(38), 2-21. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22302.a>

Contribuição dos autores:

Conceitualização: A.C.Z.D.; M.M.C.; M. C. U; L. P. A. G. O. I.; E. K. A.
Redação do manuscrito: A.C.Z.D.; M.M.C.; M. C. U; L. P. A. G. O. I.; E. K. A.
Análise dos dados: A.C.Z.D.; M.M.C.; M. C. U; L. P. A. G. O. I.; E. K. A.
Revisão e edição: A.C.Z.D.; M.M.C.; M. C. U; L. P. A. G. O. I.; E. K. A.

Recebido em: 11/06/2025

Aceito em: 08/10/2025

Como citar:

Dutra, A. C. Z., Cezar, M. M., Ibarra, L. P. A. G. O., Araujo, E. K. & Uribe, M. C. Promoção de saúde a coletivos LGBTQIAPN+: fragmentos de experiência(s) no interior RS. *Rev Polis e Psique*. 2026, 16: e026001.

Financiamento:

Não houve financiamento.